



UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: DIÁLOGO E COMPROMISSO SOCIAL

CRISTINA BOHN CITOLIN
MARI MARGARETE DOS SANTOS FORSTER
SUZANA CINI FREITAS NICOLODINI
MARIA ANTÔNIA RAMOS DE AZEVEDO

RESUMO

O presente texto relata a experiência de participação como ouvinte em reuniões, no interior da região Sul do Brasil, que almejavam a mobilização coletiva pela implantação de uma universidade federal. Utiliza-se da análise documental e de discurso para exame de dados, oriundos das observações das reuniões e dos documentos públicos da instituição. Como resultados, ressaltam-se características da formação almejada pela comunidade e ações projetadas pela universidade a fim de abarcá-las em maior profusão. Essa pretende democratizar o acesso à formação de professores e a outras áreas, através de seu caráter público e popular, com vistas à diversidade cultural e à identidade local. Consideram-se, na análise, discursos e a intenção da instituição, segundo seu Projeto Político Pedagógico Institucional, de favorecer uma formação crítica, cidadã e interdisciplinar, além de promover o encontro com a comunidade. Apresenta-se, assim, uma discussão acerca das possibilidades de inserção dos professores em formação, num contexto que lhes é familiar, por meio de uma formação que os aproxime das demandas sociais de sua localidade. Autores como Marcondes (2008), Cunha (2006), Santos (2005) e relatórios da universidade dialogam com as ponderações realizadas.

Palavras Chave: Formação de Educadores – Universidade - Comunidade

INTRODUÇÃO

O presente texto inscreve-se na temática “Universidade e Sociedade”, pois pretende discutir impactos que um projeto de formação, gerado através diálogo com a sociedade e interligado às demandas de uma região específica e a grupos da sociedade frequentemente marginalizados, pode vir a promover. Assim, o estudo relata a experiência de participação como ouvinte em reuniões abertas à comunidade de uma cidade no interior da região Sul do Brasil, que almejam a mobilização coletiva pela implantação de uma universidade federal na localidade. O artigo utiliza-se da análise documental e de discurso para exame de dados, oriundos das observações das reuniões e dos documentos públicos da instituição. Como resultados, ressaltam-se as características da formação almejada pela comunidade e as ações projetadas pela universidade a fim de abarcá-las em maior profusão. Esta pretende democratizar o acesso à formação de professores e a outras áreas, através de seu caráter público e popular, com vistas à diversidade cultural e à identidade local. Nos encontros - realizados com pesquisadores, autoridades de educação e da política - destacou-se a participação de movimentos sociais e de sindicatos de professores que, através de seus relatos, apontam um perfil específico de formação, especialmente a de educadores, frente às dificuldades e necessidades regionais. Consideram-se, na análise, esses discursos e a intenção da instituição, segundo seu Projeto Pedagógico Institucional, de favorecer uma formação crítica, cidadã e interdisciplinar, além de promover o encontro com a comunidade. Apresenta-se, assim, uma discussão acerca das possibilidades de inserção dos professores em formação, num contexto que lhes é familiar, por meio de uma formação que os aproxime das demandas sociais de sua localidade.

UNIVERSIDADE E COMUNIDADE: SONHOS COMUNS, DIÁLOGO POSSÍVEL

Na era contemporânea, a universidade desperta inúmeros estudos. Há, inclusive, a proclamação de sua *morte e ressurreição* (BARNETT, 2005), mediante ao contexto *supercomplexo* que a ela se coloca, sujeito a múltiplas interpretações, assim como nossas ações como indivíduos, as bases de conhecimento que utilizamos e a pesquisa, realizada em variados espaços. Emerge, enfim, uma multiplicidade de ângulos para entendermos nosso mundo, num processo que não pode ser parado, tampouco ignorado: “é para esse mundo que as universidades têm que preparar seus alunos; e é para esse mundo que a pesquisa é conduzida” (BARNETT, 2005, p.16). Frente a isso, questiona-se firmemente a universidade, seus

propósitos e funções, especialmente nos campos do ensino e da pesquisa e seus impactos frente à sociedade que a envolve.

Em tempos de fronteiras fluidas, essa instituição secular vê seus muros medievais sendo rompidos: ao mesmo tempo em que suas pesquisas são pulverizadas por todo o planeta pela Internet, ela mantém seu interesse pelo local, constituindo-se exemplo da globalização (BARNETT, 2005). Cercada de máquinas e tecnologias, a universidade se vê em meio a uma *sociedade do espetáculo*, imagem citada por Lemos (2005), que pondera: “vivemos a globalização do local e localização do global. Entramos no ambiente social onde dimensão estética e hedonista impregna todos os aspectos da vida contemporânea” (idem, p.64). Vislumbramos, portanto, um território atingido pelo neoliberalismo, pelas leis do mercado, mas de onde também frutificam iniciativas solidárias, de valorização e potencialização de um “saber prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2002). Nessa trama de paradoxos inscrevemos nosso olhar.

É do conhecimento de todos a histórica carência na área da Educação no Brasil, com destaque à formação superior para nossos jovens. O retrato é ainda mais grave quando desviamos nosso olhar para além dos grandes centros urbanos. A temática, em torno da qual propomos o presente artigo, concentra-se numa iniciativa que visa à quebra desse panorama através da luta pelo direito de uma formação superior de qualidade na região Sul do país, formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se do processo de reflexão, ação e implantação de uma universidade federal – Universidade Federal da Fronteira Sul (doravante UFFS), resultante da união de muitas vozes, intenções e esforços de variadas esferas, fundamentais para a efetivação desse desejo coletivo.

Segundo um dos relatórios anteriores à criação da universidade, o espaço geográfico onde ela se consolida delinea sua vocação inovadora em razão do perfil das comunidades: *campus* Chapecó (oeste de Santa Catarina); Laranjeiras do Sul (centro-sul do Paraná), Realeza (sudoeste do Paraná), Cerro Largo (noroeste do Rio Grande do Sul) e Erechim (norte do Rio Grande do Sul), onde urge a necessidade de formação especializada. A região composta por 396 municípios poderá, portanto, suprimir muitas das suas lacunas de desenvolvimento, através da maior acessibilidade ao ensino público e da produção de pesquisas, que geram inúmeros benefícios sociais e econômicos à população de, aproximadamente, 3.800.000 habitantes. A escolha dos cursos oferecidos, totalmente identificados com as necessidades locais, e a modalidade de ingresso dos estudantes, através do ENEM, também corroboram a intenção de fortificar a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, preparando profissionais de alta qualidade, oriundos, grande parte, de instituições públicas de educação básica.

Formado por vários municípios, em sua grande maioria, pequenos e de vocação rural, o Alto Uruguai tem a cidade de Erechim como referência: é o maior centro urbano e concentra, também, as maiores possibilidades de formação profissional, sendo a grande parcela de oferta de vagas advinda das instituições privadas de ensino superior. Este é um fator importante a ser considerado, assim como o fato de muitas das localidades das cercanias serem de difícil acesso ou de estarem a consideráveis distâncias de Erechim, o que gera, ainda, significativos custos com transporte. Associa-se a esse contexto a identidade dos cursos já oferecidos, que nem sempre vêm ao encontro das características e das demandas sociais e econômicas da região.

Para além dessas questões locais, há outra de espectro mais amplo: o quadro é agravado pelos resultados dos processos seletivos de muitas das universidades públicas brasileiras - é fato que o maior percentual de aprovados representa uma pequena parcela da população com condições de arcar com os custos de cursos preparatórios ou de uma formação básica na escola privada. Com isso, muitos dos jovens viam-se obrigados a desistirem da graduação, já que a única possibilidade de ensino superior gratuito em Erechim estava reduzida à Universidade

Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS polo Erechim - que trabalha, no momento, com apenas três cursos, sendo que entre eles não há Pedagogia.

A população estava ciente de que ainda era preciso mais e muitas ações vêm sendo efetivadas através de variadas vozes - movimentos sociais, grupos políticos, associações de municípios, empresários, professores, iniciativas particulares, entre tantos outros - que uniram forças para denunciar a situação e conquistar o direito ao ensino superior público. Assim, em 2005, o Movimento Pró-universidade deu seus primeiros passos, sob a coordenação da Fetraf-Sul/ CUT e da Via Campesina. Chegamos, por essa via, ao ponto do qual mais gostaríamos de nos aproximar: o processo de reflexão coletiva que se deu através das reuniões sobre a UFFS *campi* Erechim. Objetivamos, neste artigo, trazer alguns dos pontos discutidos que recaem sobre o campo da formação de professores. É importante destacar que, dentre a modalidade presencial a distância e a presencial física, há uma oferta de no mínimo cinco cursos de Pedagogia em Erechim, que parecem não ter conseguido atingir o panorama de formação almejado pelos grupos em questão, até por serem advindos de instituições privadas e, portanto, fora do alcance de parte representativa da população local.

As reuniões que precederam a conquista e a implantação da UFFS, de que participamos como ouvintes, eram de caráter público, com ampla divulgação nos meios de comunicação locais. A grande maioria dos presentes – salvo algumas exceções - era composta por membros de sindicatos e movimentos sociais. Curiosamente, a elite local não teve expressivo envolvimento, apesar de ter de enviar seus filhos a universidades federais muito distantes da cidade. Esse dado já dá uma ideia do panorama em que a UFFS se inscreve: o de uma educação pública e popular.

As demandas na formação de professores na região tornam-se mais claras ao levarmos em consideração o processo de globalização e de expansão da universidade no Brasil, especialmente a partir dos anos 90, como aponta Maria Isabel da Cunha (2006, p.14-15). Esse aumento considerável de instituições e de oferta de vagas é perpassado pela veia da lucratividade, o que afasta ainda mais os grupos minoritários da educação superior pela falta de possibilidades financeiras de manter as mensalidades cobradas. Este foi uns dos pontos defendidos nas reuniões pelos representantes dos movimentos sociais e do CEPERS – sindicato dos professores da rede estadual do Rio Grande do Sul: o do acesso à educação superior. Numa delas, em bela reflexão, um dos presentes mostrou-se de mãos e olhos atados, representando o estado de abandono que em se encontram muitas das comunidades campesinas frente à formação profissional de qualidade. Esse retrato vai ao encontro do êxodo rural que se verifica na região: em busca de melhores oportunidades de estudo e trabalho, muitos jovens migram para regiões mais desenvolvidas. Atenta a esse fenômeno, a UFFS coloca como um dos focos de sua missão institucional o de: “Promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso.”.

Observamos, através de várias demonstrações dos representantes da comunidade presentes nas reuniões, o grande apreço que eles têm pela educação e o reconhecimento desta como instância promotora de ascensão social. Em suas reivindicações, sempre evocaram a necessidade de uma formação superior pública, popular e de qualidade, que seja capaz de diminuir as fronteiras entre os grupos sociais. Pereira Lopes (*In*: PIMENTA (org), 2005, p.61) ajuda-nos ao afirmar que “é por meio da educação, fenômeno inerente ao homem na busca de sua humanidade, que se revela a necessidade de a pedagogia, como fenômeno da educação buscar a emancipação humana em um processo de libertação.”. Não foi à toa que, dentre os cursos escolhidos em conjunto com a comunidade, encontra-se a Pedagogia, com vistas à formação de professores identificados com a população de que são oriundos. Os valores que transpareceram nos diálogos, nos referidos encontros, são diretamente relacionados a um perfil

específico de formação, voltado ao reconhecimento do saber popular, à solidariedade e à promoção do desenvolvimento da comunidade, revestindo a educação com um caráter emancipatório. Isso implica uma formação focada no reconhecimento do outro como produtor de saberes, indiferentemente da sua origem social. Sousa Santos (2005, p.30) ajuda-nos a compreender possíveis impactos dessas escolhas ao sugerir como um dos elementos conhecimento-emancipação – que deve vir a converter-se em um senso comum emancipatório - a mudança do monoculturalismo ao multiculturalismo: “como a solidariedade é uma forma de conhecimento que se obtém por via do reconhecimento do outro, o outro só pode ser conhecido enquanto produtor de conhecimento.”. Os outros em questão, no caso desses futuros professores, serão alunos que provavelmente vêm de distintas realidades, carregando consigo saberes diferenciados. Muitos deles, provavelmente, como vários dos próprios professores em formação, terão vivenciado processos de exclusão social e buscam, na educação, a possibilidade de quebrar com a realidade que vivenciam.

Cabe perguntar: o que seria preciso para garantir que essa anunciada formação seja efetivamente promotora de rompimentos de barreiras sociais e do reconhecimento dos saberes de grupos sociais frequentemente marginalizados? Maria Isabel da Cunha (2006, p.17) aponta-nos que “atitudes emancipatórias também exigem conhecimentos acadêmicos e competências técnicas e sociais que configurem um saber fazer que extrapole os processos de reprodução”, portanto, coloca-se à universidade o desafio de estabelecer um projeto de formação de rompa com a lógica da desigualdade. Como construir um “*saber fazer*” crítico e atento às possibilidades de emancipação? Como responder a todos os discursos que se entrecruzam no cerne da UFFS?

Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a UFFS apresenta a intencionalidade de aliar-se a um projeto nacional de formação de professores em número e qualidade adequados. A este princípio norteador, alia-se o de constituir-se como uma “Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.”. Paulo Freire clarifica a questão (2006, p.30), ao desenvolver a ideia de que o “pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela, os saberes socialmente construídos na prática comunitária (...)” como “discutir com os alunos a razão de ser desses saberes em relação com o ensino de conteúdos.”. Esses elementos foram acolhidos pela UFFS que se propõe, através de sua missão e de suas metas, estabelecer profundo contato com a localidade.

Em vista disso, é exigido o redimensionamento do próprio papel dos professores formadores dentro do contexto social e educacional brasileiro. O redimensionamento do ofício da docência superior está exigindo dos professores formadores a superação de três grandes desafios:

- Viver a complexidade do cotidiano: social, histórico, econômico, político, cultural e educacional ;
- Tomar decisões;
- Atuar nas incertezas;

Nesta perspectiva de papel da universidade e de interconexão com a sociedade, o professor deverá ser um profissional que se depara com inúmeros e diversificados saberes, reestruturando e se constituindo como componentes determinantes da sua identidade. Portanto, esses professores formadores, para contribuírem significativamente para a formação dos futuros profissionais, necessitam conhecer, aprender, dominar e ensinar os diferentes saberes que constituem seu campo profissional e contribuem para sua profissionalização docente.

Dentre as ações já implementadas, está a criação de um Conselho Estratégico Social, oficializada pela Portaria 172/GR/UFFS/2010, para que a relação com a sociedade e suas

demandas seja elemento inerente à caminhada da universidade. Esse documento atesta que o Conselho tem como objetivo “assegurar a construção de uma instituição de educação superior comprometida com a inclusão social e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas”. Ele é composto por representantes de diferentes áreas da comunidade da região, estando entre eles membros: de movimentos sociais organizados, da Igreja, de Universidades Comunitárias, de Instituições de Educação Superior Públicas, de entidades patronais, de Associações dos Municípios, do Fórum da Mesomercosul e de professores do Ensino Fundamental e Médio (indicados pelos sindicatos da categoria dos três estados do Sul). Somam-se a eles, docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes da UFFS, bem como seu Reitor e diretores de cada campus. Através de encontros periódicos, o Conselho acompanha as ações da instituição, visando essencialmente à inclusão da comunidade e de suas demandas, destacando-se, nesse intento, o desenvolvimento regional e o foco nas camadas mais populares da sociedade. Já decorreram duas sessões ordinárias do Conselho até então, o que demonstra o empenho de institucionalização desse espaço de diálogo.

Há outra iniciativa a se destacar: I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS – COEPE, sob o tema “Construindo Agendas e Definindo Rumos”, ocorrida em 2010. Considerando o recente histórico da Universidade, seu objetivo fundamental é “aprofundar a interlocução entre a comunidade acadêmica e as lideranças regionais, com o intuito de definir as políticas e as agendas prioritárias da UFFS nos campos da pesquisa e da extensão e as suas articulações com o ensino.” (UFFS a., 2010, p.2). Trata-se de uma série de encontros, em três etapas, envolvendo a comunidade acadêmica e regional, constituindo-se como um espaço de construção coletiva da Universidade, visando: a) discutir os princípios, os objetivos do ensino, da pesquisa e da extensão; b) propor os temas/problemas prioritários de investigação, a partir dos quais serão definidos os grupos e as linhas de pesquisa da Instituição; c) eleger as prioridades institucionais no campo da extensão e da cultura, considerando o compromisso da UFFS com o desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico de sua região de abrangência; d) levantar as demandas no campo da pós-graduação, visando orientar a oferta de cursos de especialização e a implantação de programas de mestrado e doutorado nos próximos anos; e) definir as diretrizes e as ações prioritárias para a graduação (UFFS a., 2010, p.2). Dividida em vários fóruns temáticos, em diferentes áreas, como as de “Conhecimento, Cultura e Formação Humana”; “História e Memória Regional”; “Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação”; “Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Regional”, entre outras, a COEPE convida à participação da comunidade, que nela encontra um lugar de discussão acerca da formação e das futuras ações da UFFS.

Assim, as muitas vozes que foram importantes no processo de conquista da Universidade continuam sendo ouvidas e consideradas. Tais opções indicam caminhos para a democratização da gestão universitária e para a possibilidade de acesso ao planejamento das instituições de ensino superior por quem será a maior beneficiária de suas ações: a população onde elas estão inseridas. A articulação do ensino, da pesquisa e da extensão aos interesses locais compreende alavancar o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas, fulcro do que se espera da educação.

Nesse processo a extensão deterá papel fundamental, pois promove, por meio do processo educativo, cultural e científico, a articulação entre as concepções de ensino e de pesquisa que a universidade necessita construir estando, de fato, em sintonia com a sociedade. Este aspecto é determinante, pois aponta a valoração de práticas extensionistas balisadas pela ação dos professores universitários que atuarão nos processos de ensino e aprendizagem junto aos seus alunos com outras concepções e práticas acerca do papel do ensino e da pesquisa.

Essa experiência é valiosa, pois é a antítese daquilo que tem acontecido muito nas universidades brasileiras de modo geral. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem estado mais num discurso institucional do que em práticas de efetivação.

CONCLUSÃO

Ao contemplarmos esse panorama, Freire (2006) provoca-nos a refletir acerca da possibilidade de intervenção no mundo proporcionada pela educação. Desperta-nos a pergunta: que impactos o processo formativo proposto pela UFFS pode trazer à constituição dos futuros professores e à comunidade em questão? Considerando o fato de que a primeira oferta de vagas para o curso de Pedagogia já se deu no início de 2010, que impactos podemos esperar? Em razão dos critérios de seleção já implantados pela instituição, percebem-se grandes incentivos para futuros professores oriundos de classes populares e de escolas públicas. Assim, é possível que se multipliquem as possibilidades de que a formação que se pretende esteja conjugada a uma realidade profundamente conhecida pelos futuros professores, cientes, por sua vez, do potencial de transformação social que podem vir a produzir em suas mãos. É fundamental destacar que o perfil da região da universidade aponta fortemente para o âmbito rural; que muitos dos seus futuros estudantes terão alguma ligação com o campo; que grande parte dos movimentos sociais que participaram do processo de conquista e implantação da UFFS são camponeses; que a UFFS aponta o desejo de ser “uma Universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento”. Ampliamos, assim, o olhar para o fundamental papel de que se reveste a instituição, no acompanhamento desses estudantes, de seu processo de aprendizagem e no seu ingresso na docência, instrumentalizando-os para um trabalho crítico e consciente. Ao analisarmos algumas disciplinas do tronco comum nos cursos oferecidos, disponíveis no *site* da UFFS, já se percebe a consciência desse papel formador: “Fundamentos da Crítica Social”, “Direito e Cidadania”, “Sociedade, Saúde e Meio Ambiente”.

Consideramos a continuidade do acompanhamento e diálogo com a comunidade – especialmente com as escolas – fator fundamental para a formação desses docentes. Essa troca assume ainda maior vulto se nos associarmos à ideia de que “preparar professores, a fim de contribuir para a diminuição das desigualdades existentes entre crianças das classes trabalhadoras, média e alta nos sistemas de escola pública de todo o mundo é uma questão crítica da educação contemporânea.” (MARCONDES, 2008, p.1), parece-nos que as vozes entremeadas ao projeto da UFFS apontaram para um caminho adequado a seguir.

Assim, buscamos problematizar algumas questões inerentes à formação dos estudantes que ingressarão no curso de Pedagogia da UFFS *campus* Erechim, por meio de um processo que os aproxime das demandas sociais de sua localidade. Concordamos, por fim, com Rodrigues *et alli* (*In*: LEITE (org), 1999, p.140) ao discutirem sobre o currículo do curso de Pedagogia e afirmarem que “a educação atual e, em particular, a formação do educador-especialista tem de considerar o grande desafio de paradigmas até então dominantes e, concomitantemente, a emergência de novos paradigmas do homem, do mundo e do conhecimento.”. A esse novo contexto, relacionamos a “dupla ruptura paradigmática”, anunciada por Sousa Santos (2005). Superada a dicotomia entre conhecimento científico e senso comum, transforma-se o conhecimento científico num novo senso comum, solidário, político, participativo e reencantado. Esse precisa se converter num “conhecimento prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2005, p.107). Esperamos que ele esteja no cerne da educação brasileira.

REFERENCIAIS

BARNETT, Ronald. *A universidade numa era de supercomplexidade*. São Paulo: Anhembi, Morumbi, 2005.

_____. *Para uma transformación de la universidad – nuevas relaciones entre investigación, saber y docencia*. Barcelona: Octaedro, 2008.

BRASIL: *Projeto de Lei do Congresso Nacional do Brasil que Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, e dá outras providências*. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/588126.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2009.

CUNHA, Maria Isabel da. A universidade: desafios políticos e epistemológicos. CUNHA, Maria Isabel da (org.) *Pedagogia Universitária: energias emancipatórias em tempos neoliberais*. São Paulo: Junqueira Editores, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 33.ed, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. *Formação de professores: identidade e saberes da docência*. In: _____. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2005

LOPES, Maria. G. R. da S. Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico. In: PIMENTA Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo Editora Cortez, 2005.

MARCONDES, Maria Inês. Justiça social e formação de professores. In: *Educação e Sociedade*. [online], ano 2008, vol.29, Nº 105, pp.1250, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000400016&script=sci_arttext>, Acesso em 10 nov. 2009.

REINERT, Dalvan José e LAFFIN Marcos. (2008): *Relatório das atividades e resultados atingidos*, Santa Maria, Florianópolis, Brasília, UFFS. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/wp/?page_id=42>. Acesso em 10 nov. 2009.

RODRIGUES, An. *et alli*. Currículo do curso de Pedagogia: o instituído e o emergente. In: LEITE, Denise. *Pedagogia universitária – conhecimento, ética e política no ensino superior*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*, 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

UFFS a. *Apresentação da Apresentação da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS – COEPE. Chapecó, 2010*. Disponível em:<www.uffs.edu.br/wp/wp-content/.../DOCUMENTO-FINAL-DA-COEPE.pdf>. Acesso em out 2010.

UFFSb. *Portaria 172/GR/UFFS/2010. Chapecó, 2010*. Disponível em:<<http://www.uffs.edu.br/wp/wp-content/uploads/2010/11/Portaria-172UFFS2010-Conselho-Estrat%C3%A9gico-Social.pdf>>. Acesso em set 2010.

UFFSc. *Projeto Político Institucional*. Chapecó, 2009. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/wp/?page_id=83>. Acesso: 10 nov. 2009.

UFFSd. *Sobre a UFFS*. Chapecó, 2009. Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/wp/?page_id=2>, Acesso: 10 nov. 2009.